



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39

ATA EXECUTIVA
Reunião Plenária Ordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 17 de dezembro de 2020

Local: Plataforma *Teams*, por videoconferência.

Secretaria Executiva

- Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da CRHi;

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado:

- Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da SIMA;
- Amauri G. A. Silva, representando a Secretaria do Governo;
- Ademir Cleto de Oliveira, representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Jose Luiz Fontes; representando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Luís Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde;
- Juan Tarsis Gimenes de Almeida, representando a Secretaria de Logística e Transportes;
- Patrícia Ellen da Silva, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Bruna Helena S. T. de Barros;
- Antônio C. Rizeque Malufe, Secretário Executivo da Casa Civil;
- Luis Fernando M. M. Cavalheiro, representando a Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Sergio Luiz Damiati, representando a Secretaria da Educação.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Nilson Oliveira Bispo, representando a P.M. de Santo André
- Claudio Sirim, representando a P.M. de Campos do Jordão;
- Marcio Ragni, representando a P.M. de Ilha Comprida;
- Wilson Portella, representando a P.M. de Presidente Prudente;
- Cefas Barrena, representando a P.M. de Boraceia;
- Marcio Antônio Ferreira, representando a P.M. de Mogi Guaçu;
- José Vicente Alaminho de Moura, representando a P.M. de Tatuí
- Paulo Tinel, representando a P.M. de Campinas.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



- 40 • Anícia Aparecida Baptistello Pio, FIESP e Jorge Rocco, CIESP;
- 41 • André Elia Neto, UNICA e Elaine Ap. Maduro Costa, ABAG/RP;
- 42 • Adriana Menezes da Silva, FAESP;
- 43 • Hugo Marcos Piffer Leme, ASSEMAE;
- 44 • Giuliano Vito Dragone e Giuliana Talamini, ABCON;
- 45 • Carlos Eduardo Q. Giampá, ABAS e Edson de Souza Pinto, SINTAEMA;
- 46 • Márcio Gonçalves de Oliveira e Ricardo Ribeiro F. da Silva, ABES;
- 47 • Mateus Delatim Simonato, ABGE e Ester Feche Guimarães, AESabesp;
- 48 • Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, SOS Mata Atlântica;
- 49 • Cláudio Bedran, Instituto Ambiental Planeta Verde;

50

51 **Convidados com direito a voz:**

- 52 • Ivan Carneiro, Ministério Público Estadual;
- 53 • Antônio Cezar Leal, UNESP;
- 54 • Carlos Roberto dos Santos, CETESB;
- 55 • Gisele Novack Diana, PGE;
- 56 • Flavia Scarpinella Bueno, OAB/SP.

57

58 **Representantes dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas:**

- 59 • David Franco Ayub e Priscila Silvério S. - CBH ALPA;
- 60 • Denis E. Araújo - CBH AP;
- 61 • Luiz Fernando Carneseca e Amauri Pollachi - CBH AT;
- 62 • Sidney Felix Caetano - CBH BS;
- 63 • Luiz Otávio Manfré - CBH BT;
- 64 • Jociani Debeni Festa - CBH LN;
- 65 • Luiz Roberto Moretti - CBH PCJ;
- 66 • Sandro Selmo - CBH PP;
- 67 • Gisele Camargo Rose e Edilson - CBH PS;
- 68 • Nei A. Ykeda - CBH RB;
- 69 • Lucíola G. Ribeiro - CBH-SJD;
- 70 • Jorge Augusto de Carvalho Santos - SMG;
- 71 • Jodhi Jefferson Allonso - CBH-SMT;
- 72 • Erica Tognetti - CBH-TJ;
- 73 • Hélio C. Suleiman -FABHAT;
- 74 • Vanessa Longato, Lívia Modolo, Patrícia Barufaldi - Agência PCJ;
- 75 • Natália Zanetti - FABHSMT

76

77 **1. ABERTURA.**

78



79 Flávia Braga Rodrigues, representante do DAIC/CRHi, apresentou considerações
80 acerca das regras a serem adotadas nesta reunião virtual por meio da plataforma
81 Microsoft *Teams*. A seguir, leu a pauta dos temas que serão postos em discussão.
82 Após constatado o quórum regimental, Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo
83 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, representando o
84 Presidente do CRH, Marcos Rodrigues Penido, agradeceu a presença de todos e
85 deu por aberta a reunião.

86

87 **2. APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 01/12/2020.**

88

89 Após dispensada sua leitura, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

90

91 **3. COMUNICAÇÕES**

92

93 Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH, comunicou que a consulta pública
94 realizada entre 15 de outubro e 15 de novembro de 2020, referente ao Plano
95 Estadual de Recursos Hídricos-PERH período 2020-2023, resultou no recebimento
96 de 154 contribuições, com destaque para três aportes: Inclusão de
97 monitoramento hidrossedimentológico em todas as unidades de gerenciamento
98 do estado; Destaque para que os Planos Municipais de Saneamento Básico
99 possam internalizar as metas e ações definidas nos PBHs; Aprofundamento de
100 estudos que possibilitem o uso de indicadores para doenças de veiculação hídrica.
101 As demais contribuições que não puderam ser incorporadas nos respectivos
102 capítulos do Plano foram explicitadas no anexo "lacunas de conhecimento". A
103 seguir, o Coordenador informou que neste momento estão sendo encerrados os
104 trabalhos do PERH 2020-2023, que hoje será apresentado a todos os
105 Conselheiros. Caberá, ainda, a aprovação do Plano de Ação e do Programa de
106 Investimentos para o mesmo quadriênio acima citado, conforme estabelecido
107 pela legislação. Rui Brasil informou a todos que será revista e fundida a
108 deliberação 146/2012, que trata do conteúdo dos Planos de Bacias Hidrográficas
109 e Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, com a deliberação 188/2016, que
110 aborda os calendários dos planos de bacias. Será atualizada, também, a
111 deliberação 190/2016, que trata dos Programas de Duração Continuada – PDCs.
112 Estima-se que as discussões sejam realizadas em breve para que possam ser
113 deliberadas pelo Plenário no início de 2021. Outra deliberação a ser revisada, e
114 que demanda uma simplificação em sua operacionalização para o próximo ano, é
115 a 147/2012, que trata dos critérios de distribuição dos recursos da compensação
116 financeira.

117



118 **4. APRESENTAÇÕES:**

119
120 **4.1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PERH 2020-23, DADOS DA**
121 **CONSULTA PÚBLICA E PRODUTOS FINAIS DA CONTRATAÇÃO DE**
122 **SUBSÍDIOS TÉCNICOS:**

123
124 Em sua apresentação, Luiz Werneck, coordenador técnico da equipe de
125 consultoria contratada, representando a COBRAPE, mencionou que a elaboração
126 do PERH foi um processo exitoso, envolvendo diversos atores do sistema. A
127 metodologia usada deu-se por meio de reuniões quinzenais de acompanhamento
128 por um grupo de trabalho composto por representantes do DAEE, SIMA e CETESB,
129 que subsidiou a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023.
130 O PERH está na sua sétima revisão e, em processo de melhoria contínua,
131 obedecendo sempre os regramentos voltados para as boas práticas em gestão.
132 Relembrou que na consulta pública foram recebidas 154 contribuições de 23
133 participantes, sendo 12 de representantes de colegiados do SIGRH. Todas as
134 contribuições foram analisadas e, quando possível, foram integradas ao Plano.
135 Luiz Henrique Werneck ressaltou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos
136 contém diversos capítulos, dentre os quais, o Diagnóstico Síntese; o Prognóstico;
137 os Insumos do PERH; o Plano de Ação e Programa de Investimentos-PAPI; além
138 do Sumário Executivo. Dentre as inovações implementadas estão: A modelagem
139 quali-quantitativa utilizando 3.074 ottobacias como recorte territorial;
140 modelagem inédita da qualidade da água na bacia do Rio Tietê; o estudo das
141 relações entre as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS e
142 os objetivos estratégicos do Estado de São Paulo, tendo a água como elemento
143 central para a sua efetivação; as projeções probabilísticas de uso e cobertura da
144 terra até 2050; a relação de lacunas de conhecimento, necessárias para
145 aprimorar a gestão hídrica no estado; e o mapeamento de conflitos pelo uso da
146 água. Foram analisados os temas críticos por regiões, em áreas como a
147 disponibilidade hídrica versus demanda; as inundações; as águas subterrâneas;
148 a erosão e o assoreamento, com sua evolução ao longo dos anos. Em termos de
149 diagnóstico, segundo análise realizada pela COBRAPE e confirmação pelo grupo
150 de acompanhamento, há diversas áreas intensamente antropizadas no Estado de
151 São Paulo, alteradas em virtude da ação humana em uma determinada
152 localidade. As porções oeste e central do estado são predominantemente
153 agrícolas e de pastagens, com poucos remanescentes de vegetação nativa e com
154 maior disponibilidade de água, porém, com menor concentração populacional. As
155 áreas leste e litorânea concentram a maioria das áreas urbanas, com grandes
156 reservas de vegetação nativa, tendo a maior população, fato este que induz a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



157 uma disponibilidade hídrica classificada como em estado de alerta ou crítica.
158 Outro ponto muito importante levantado pelo coordenador técnico trata-se da
159 elevada quantidade de cidades paulistas com elevados índices de perdas em seus
160 sistemas de abastecimento de água, fato que precisa ser urgentemente
161 solucionado. Foi citada a necessidade de se universalizar a coleta de esgotos,
162 adequando os sistemas tradicionais de tratamento de esgoto à demanda
163 crescente com o decorrer dos anos. Para diminuir a criticidade hídrica, várias
164 ações em prol do aperfeiçoamento da gestão em recursos hídricos foram
165 propostas, dentre elas estão os aprimoramentos na cobrança pelo uso da água,
166 com a revisão dos valores; a implantação da cobrança pelo uso rural; os estudos
167 de reenquadramento dos corpos d'água em classes de qualidade; as outorgas de
168 direitos de uso; e os Planos de Recursos Hídricos e os Relatórios de Situação,
169 aumentando a correlação do PERH com o PPA. Também foram apresentadas
170 recomendações concernentes ao monitoramento quali-quantitativo dos recursos
171 hídricos, aprimorando as redes de monitoramento de águas superficiais e
172 subterrâneas, bem como a integração dos bancos de dados do DAEE e CETESB.
173 Considerou-se, ainda, a melhoria realizada nos limites das UGRHIs, uma vez que
174 o DAEE, mediante meticoloso estudo, possibilitou a redefinição das demarcações,
175 eliminando ou diminuindo possíveis distorções, tal como foi estipulado na
176 deliberação CRH 228/2019. Sobre o Plano de Ação e Programa de Investimentos-
177 PAPI, foi ponderada a aproximação da área de recursos hídricos com a realidade
178 setorial das entidades que integram o SIGRH, por meio do vínculo entre PPA,
179 PAPI e PERH. A seguir, abordou-se a estruturação realizada deste mesmo Plano
180 de Ação e Programas de Investimentos em oito PDCs, com ênfase no de número
181 3 – Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas e no número 6 –
182 Aproveitamento dos Recursos Hídricos. Ao final, foram mencionadas as lacunas
183 de conhecimento, que são tópicos para desenvolvimento futuro, e que foram
184 detectadas ao longo da elaboração do PERH. Dentre estas lacunas, citou-se os
185 temas referentes às áreas degradadas; mudança climática e eventos externos;
186 qualidade das águas e balanço hídrico, dentre outros. Finda a apresentação, o
187 Presidente abriu a palavra para a manifestação do Plenário. Ester Feche
188 (AESabesp) parabenizou pelo trabalho e informou que foi criada uma junta
189 técnica de professores para avaliação dos documentos, tendo sido as
190 contribuições recebidas, de fato, inseridas neste relatório apresentado por Luiz
191 Werneck, contribuindo para uma melhor gestão hídrica no estado de São Paulo.
192 A seguir, Ester teceu comentários acerca das metas definidas no marco
193 regulatório do saneamento enfatizando que foi estabelecido o ano de 2033 como
194 o período alvo para universalização; entretanto, há certa flexibilização para que
195 os municípios que não tenham viabilidade econômico-financeira posterguem este



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



196 prazo até 2040. Ao final, a representante da AESabesp solicitou que esta ressalva
197 fosse registrada para que a informação seja utilizada pela CRHi no momento que
198 julgar oportuno. Werneck esclareceu que estas premissas foram definidas muito
199 antes do referido Projeto de Lei, mas que não deverá haver incompatibilidade e
200 conflitos com a informação, sobretudo no Plano Estadual de Saneamento Básico
201 - PESB. O Dr. Ivan Carneiro Castanheiro (Ministério Público) também parabenizou
202 pelo trabalho, dizendo que muitos aspectos têm sido caracterizados como uma
203 luta do Ministério Público, sobretudo na integração entre a qualidade e a
204 quantidade da água, em todo o seu conjunto. A seguir, o Dr. Ivan indagou se
205 haveria recursos para implantar o tratamento terciário nas Estações de
206 Tratamento de Esgoto-ETEs. Werneck respondeu que, de fato, há grande
207 preocupação com a integração quanti-qualitativa da água como instrumento de
208 planejamento bem como a melhoria de eficiência das ETEs e que já estão
209 previstos em alguns projetos no PAPI, ações a serem realizadas para o interstício
210 entre 2020 e 2023. O Secretário Executivo do CRH complementou dizendo que,
211 atualmente, não é possível inserir tratamento terciário como política
212 generalizada, até porque não foi possível, até então, superar o tratamento
213 secundário de forma massiva e completa. Márcio Gonçalves de Oliveira (ABES)
214 cumprimentou a todos os envolvidos pelos trabalhos e considerou que,
215 evidentemente, a demanda por saneamento é muito grande e que deve ser
216 atendida em um curto espaço de tempo, ressaltando que a questão dos resíduos
217 sólidos e da economia circular podem possibilitar futuramente, no circuito do
218 saneamento básico, uma melhor gestão destes recursos evitando uma
219 contaminação das águas. Cláudio Bedran (Instituto Planeta Verde) solicitou
220 providências junto ao Ministério Público no combate aos loteamentos clandestinos
221 situados ao redor do reservatório Billings na RMSP. O Secretário Executivo do
222 CRH disse que o tema dos resíduos sólidos está no foco das preocupações da
223 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, e sempre deverá se buscar
224 a relação direta destes resíduos junto aos recursos hídricos quando na tomada
225 de decisões sobre este tema. Werneck disse que o PERH abrange o Estado todo,
226 mas considera as particularidades existentes, lembrando que o plano da
227 macrometrópole paulista foi o primeiro a considerar a necessidade de se integrar
228 as UGRHIs; posteriormente, ponderou que realmente é difícil lutar e reverter o
229 fenômeno das ocupações irregulares. Na sequência, o Dr. Ivan advertiu que o
230 Ministério Público propôs diversas ações civis públicas que obtiveram êxitos na
231 região da Billings, ao mesmo tempo, reconheceu que se trata de um problema
232 crônico, resultante, entre outros fatores, da fiscalização e do uso inadequado do
233 solo, mas os programas de regularização fundiária urbana estão na rota em busca
234 de uma resolução para o assunto, sem deixar de lado instrumentos legais



235 específicos para esta situação. Rui Brasil Assis ressaltou o grande quórum nesta
236 reunião e parabenizou a todos os agentes envolvidos, mas muito especialmente,
237 à dedicação do grupo de acompanhamento e dos membros da COBRAPE na
238 elaboração do PERH.

239
240 **4.2. PROGRAMA CAPACITA-SIGRH: CONCEPÇÃO, AÇÕES EM ANDAMENTO**
241 **E PROGRAMADAS.**

242
243 Iara Bueno Giacomini (DPG/CRHi) apresentou a proposta para o Programa
244 Plurianual de Capacitação em Recursos Hídricos - CAPACITA-SIGRH – o qual foi
245 instituído pela Deliberação CRH nº214/2018, em decorrência das metas
246 obrigatórias previstas no programa PROGESTÃO-ANA. Por intermédio da
247 CRHi/SIMA, são oferecidos cursos de capacitação em temas afetos à gestão dos
248 recursos hídricos para todos os entes do SIGRH. As verbas provenientes da ANA,
249 referentes ao ciclo 1, foram direcionadas para a reestruturação do Fehidro em
250 2015, sendo que os valores das certificações 2 e 3 foram direcionados ao
251 CAPACITA-SIGRH conforme estipulou a deliberação 214/2018. Diversos cursos
252 estão em fase de desenvolvimento e em execução pelo SENAC, no valor total de
253 R\$ 54,3 mil. Para 2021, alguns cursos foram realocados, devido ao advento da
254 epidemia do COVID-19, envolvendo a FUMEP e o IPT, em um total de 7 cursos,
255 com a somatória aproximada de R\$ 1, 5 milhão de reais. Há uma proposta de se
256 contratar o SENAC, também para o próximo ano, para produção de cadernos de
257 educação hídrica juntamente com vídeos informativos em interface EaD, além de
258 cursos instrumentais com o valor aproximado de R\$ 912 mil. Em 2022 planeja-
259 se repetir alguns programas que tiveram uma resposta muito positiva neste ano
260 de 2020, bem como a inclusão de novos cursos em parceria com a FUMEP,
261 CETESB e SENAC. Para 2023 e 2024 pretendemos oferecer cursos focados mais
262 na área técnica, face aos desafios atuais que enfrentamos, porém os programas
263 ainda estão em fase de elaboração. O Coordenador da CRHi e Secretário
264 Executivo do CRH enfatizou que sempre há um trabalho intenso na busca de
265 cursos com maior demanda e informou que há disponibilidade para sugerirem
266 novos programas a serem ofertados no futuro.

267
268 **5. DELIBERAÇÕES:**

269
270 **5.1. Deliberação CRH nº 241: Indica ao FEHIDRO empreendimentos de**
271 **interesse estadual propostos pelo CORHI para o exercício de 2020.**

272



273 A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes, com pequenas
274 alterações na minuta original enviada previamente aos Conselheiros, devido à
275 recente reunião do COFEHIDRO que alterou as regras de distribuição dos
276 recursos. Isto ocorreu devido à recente lei nº 17.293/2020, que obriga o
277 direcionamento de residuais financeiros, ao final do exercício, à Conta Única do
278 Tesouro do Estado de São Paulo, e com a alteração proposta, os recursos poderão
279 ser direcionados para aplicação em empreendimentos no exercício vigente. Isto
280 posto, Rui Brasil informou que estes recursos estão sendo aplicados via CORHI,
281 no montante de R\$ 2.194.137,30, além de mais R\$ 15.905.862,70 decorrentes
282 de resíduos de contratos concluídos e devolvidos à conta geral do Fehidro.
283 Apresentou-se uma proposta contendo quatro empreendimentos, descritos no
284 anexo I, tendo como tomadores a CETESB e o DAEE, e o aditivo a um
285 empreendimento já contratado no início de 2020, tendo a SIMA/CSAN como
286 tomadora para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico - PESB,
287 conforme estipulado no anexo II.

288

289 **5.2. Deliberação CRH nº 242: Aprova o relatório sobre a Situação dos**
290 **Recursos Hídricos no Estado de São Paulo - ano base 2019.**

291

292 A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Rui Brasil comentou que este
293 documento decorre de obrigação legal, e deve ser apresentado anualmente.
294 Apesar de todas as dificuldades do ano, todos os Comitês do estado, com uma
295 única exceção, conseguiram aprovar seus respectivos Relatórios de Situação das
296 Bacias. Renata Cristina Oliveira e Ricardo Luiz Mangabeira (DPG-CRHi)
297 apresentaram o relatório informando que o documento está estruturado em três
298 partes: Situação dos recursos hídricos; Acompanhamento da execução do PERH
299 2016-2019; e considerações sobre a política de recursos hídricos. Sobre aspectos
300 da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, a vazão outorgada de água nos
301 rios estaduais e aquíferos é de 411,2 m³/s, e nos rios de domínio da União, exceto
302 PCJ, é de 46,4 m³/s. A qualidade das águas superficiais monitoradas pela CETESB
303 com os dados de 2019 apresentam o IQA com 477 pontos, os quais indicam uma
304 condição boa, no geral, para o estado. Quanto ao IET, de forma geral, houve
305 aumento nos pontos eutrofizados em comparação ao ano base 2018. Em relação
306 às praias litorâneas, houve o monitoramento em 174 pontos, sendo que o
307 percentual de praias próprias para o uso registraram um aumento em relação ao
308 ano anterior. Com respeito à qualidade das águas subterrâneas, houve o
309 monitoramento em 309 pontos, registrando a condição definida como regular,
310 desde o ano de 2016, porém, o que desperta maior preocupação vem sendo a
311 contaminação e concentração de nitrato nestas águas. Conforme medição da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



312 CETESB, em 2019, 3 pontos registraram desconformidade deste parâmetro
313 quanto ao nitrato. No esgotamento foram geradas 2.379 toneladas/dia de carga
314 poluidora, demonstrando uma redução de aproximadamente 55% da carga
315 potencial. Ao abordar o esgotamento sanitário, o ICTEM indicou que a maior parte
316 dos municípios apresentou boas notas, acima de 7,5. Os destaques negativos
317 foram Guarulhos, Itaquaquecetuba, Bauru e Marília que contaram com notas
318 baixas em virtude de elevadas cargas remanescentes. Sobre o PERH, Ricardo
319 Mangabeira informou que no período 2016-2019, foram registradas 104 ações
320 propostas sendo que o DAEE lidera o ranking de proposituras, principalmente com
321 ações de bases técnicas para os recursos hídricos bem como na ampliação da
322 rede de monitoramento quantitativo. Em seguida, a Secretaria de Agricultura e
323 Abastecimento ocupa o segundo lugar neste ranking onde houve o total de oito
324 ações dentro do PDC 4 referentes à proteção dos corpos d'água, recuperação de
325 nascentes e matas ciliares. A SIMA ocupa o terceiro posto nesta lista. Ricardo
326 informou que estas 104 ações descritas no PERH resultaram em uma previsão de
327 desembolso de R\$ 16,1 bilhões de reais. Após quatro anos de acompanhamento
328 do Plano, a execução média física é de 69,96%, com destaque nos PDCs 3 e 6.
329 Com relação à execução das metas financeiras, a média registrada foi de 68,89%,
330 sendo que os PDCs 2 e 7 tiveram maior representatividade nestes dados. As ações
331 do Plano estão de certa forma correlacionadas com os Objetivos de
332 Desenvolvimento Sustentável-ODS, com destaque para a entidade SABESP, em
333 relação direta com os PDCs e ODSs 3 e 6. O DAEE apresentou varias ações no
334 PERH em praticamente todos os PDCs, exceto o 5, e nos ODS 3, 6 e 11. A
335 Secretaria de Logística e Transportes teve ações classificadas nos PDCs 4, 5 e 6
336 e os ODS 6, 9 e 11. A seguir, Ricardo informou que o CRH realizou 14 reuniões
337 no período 2014-2019, emitindo 72 deliberações. Os CBHs, em 2019, realizaram
338 3 reuniões e 14 deliberações, em média no ano. Houve um acréscimo no número
339 de outorgas emitidas pelo DAEE, bem como na expressiva evolução na cobrança
340 pelo uso da água, acumulando o total de R\$ 729 milhões de reais arrecadados
341 até 2019. Considerando todos os colegiados, o investimento total nos Programas
342 de Duração Continuada, sobretudo nos 3 e 5, foi de R\$ 3,7 bilhões no período
343 compreendido entre 2016-2019. Carlos Roberto dos Santos (CETESB) agradeceu
344 pelo apoio que o sistema tem prestado à CETESB, para as atividades laboratoriais,
345 monitoramento e as de campo, em todas as redes que dispõe, desejando que
346 continuem colaborando com ações em prol dos recursos hídricos. Ester Feche
347 observou sobre a situação de alguns reservatórios como o Jurumirim, Chavantes,
348 Capivara e Mauá. A situação hoje é que todos estão, na média, com 14% de sua
349 capacidade e, em um contexto complexo que envolve os estados de São Paulo e
350 Paraná, há necessidade de diálogo para definição de competências na gestão dos



351 recursos hídricos entre a União e estes dois estados. O Secretário Executivo do
352 CRH ponderou que o diálogo com a Agência Nacional de Águas-ANA sempre é
353 importante e tem se mostrado produtivo, inclusive com a participação em salas
354 de crise, além de reuniões periódicas para emissão de recomendações acerca do
355 Paraíba do Sul e outras bacias com rios de domínio da União, enfatizando que a
356 Coordenadoria está atenta a esta questão. Anícia Aparecida Baptistello Pio
357 (FIESP) comentou sobre a necessidade da ANA, via demanda do CRH, estabelecer
358 níveis mínimos para a definição de criticidade em uma bacia, considerando a
359 delicada situação hídrica que estamos enfrentando há tempos. Rui Brasil
360 considerou que a situação extremamente relevante e de maior gravidade atual é
361 na bacia do Rio Paranapanema, sugerindo que a CTUM analisasse a questão para
362 apresentar eventual proposta de encaminhamento ao CRH. O Presidente
363 concordou com a demanda e pediu que fosse feito o encaminhamento à câmara
364 técnica mencionada, que deverá elaborar uma proposta para eventual envio à
365 ANA, durante o mês de janeiro de 2021, para que venha a ser deliberado pelo
366 CRH em sua reunião de fevereiro/2021. Após esclarecimentos prestados pelo Eng.
367 Denis Emanuel, Secretário Executivo do CBH-Paranapanema, o representante do
368 Presidente do CRH convidou para compor o grupo de trabalho na CTUM, os
369 membros do CBH-Paranapanema e demais representantes dos CBHs da vertente
370 paulita. Retomando o tema da execução do Plano 2016-19, Gilmar Ogawa
371 informou que a FAESP contribuiu com diversas ações, principalmente para
372 capacitação dos produtores rurais nas questões de outorga, como também para
373 o plantio e recuperação de áreas degradadas, porém estas não estão
374 mencionadas no Plano. Foi esclarecido que as ações se referem ao período 2016-
375 19 e que por isso não se registrou ações da FAESP sobre os temas levantados por
376 Gilmar, constando apenas para o PERH no período 2020-2023. O Dr. Ivan
377 ressaltou a escassez de recursos para fazer frente a todas as demandas,
378 especialmente para questões relativas à qualidade das águas, uma vez que a
379 importância da cobrança pelo uso da água ainda é baixa em relação ao valor que
380 representa a água como força motriz de nossa economia, além de sua vital
381 importância tanto para o consumo humano quanto para a dessedentação de
382 animais. O Secretário Executivo do CRH disse que o tema está pautado para a
383 Câmara Técnica de Cobrança analisando, também, o princípio de progressividade.

384
385 **5.3. Deliberação CRH nº 244: Aprova a destinação de recursos advindos**
386 **das 4ª e 5ª Certificações do PROGESTÃO e dá outras providências.**

387
388 Por sugestão do Secretário Executivo do CRH, em face de questões de horário da
389 palestrante Luciana Ferreira-IG, a pauta foi invertida com a concordância dos



390 demais. Rui Brasil advertiu que em virtude do advento da já mencionada lei
391 17.293/20, está sendo proposta a destinação de recursos ainda neste exercício.
392 O Instituto Geológico apresentou proposta de empreendimento abordando a
393 questão da contaminação por nitrato nas águas do estado e, por isso, o valor
394 financeiro proveniente do PROGESTÃO referente às 4ª e 5ª Certificações do Ciclo
395 I, bem como parte dos rendimentos existentes na conta do Programa, totalizando
396 a importância de R\$ 1.500.000,00, serão transferidos ao IG para que possa por
397 em marcha o empreendimento denominado "Estudos de detalhe sobre a
398 contaminação por nitrato nas águas subterrâneas em cidades prioritárias do oeste
399 paulista abastecidas pelo Sistema Aquífero Bauru". Luciana Martin Rodrigues
400 Ferreira (Instituto Geológico) apresentou o estudo informando, em síntese, que
401 o nitrato é um contaminante comum nas águas subterrâneas, sobretudo no
402 aquífero Bauru e no afloramento do aquífero Guarani. Já foram realizados
403 diversos estudos, publicações e ações sequenciadas, não só pelo Instituto
404 Geológico, como pela Câmara Técnica das Águas Subterrâneas, identificando, por
405 dados indiretos, 21 municípios que apresentaram valores elevados de
406 concentração do contaminante, sendo que 9 deles estão com valores de nitrato
407 acima do padrão de potabilidade. O presente projeto pretende detalhar os dados
408 nestes municípios, com trabalho em campo e coleta de amostras, propondo ações
409 ainda mais específicas e detalhadas para a gestão, proteção e prevenção dos
410 problemas nestas águas subterrâneas. Mateus Simonato, representante da ABGE,
411 congratulou-se com a equipe do IG e demais membros pela condução deste
412 projeto diante de sua importância na gestão das águas subterrâneas no setor
413 oeste do nosso estado. Ao final, a deliberação foi aprovada por unanimidade pelos
414 presentes.

415
416 **5.4. Deliberação CRH nº 243: Aprova o Plano de Ação e o Programa de**
417 **Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) referente**
418 **ao período 2020-2023.**

419
420 Rui Brasil informou que esta deliberação sintetiza os investimentos que constam
421 no PERH 2020-2023, já apresentado na data de hoje. Desde o Plano 2012-2015
422 foram feitas pactuações sobre as ações indicadas pelas entidades, conforme
423 constam em seus PPAs, contando com a participação de representantes da
424 sociedade civil, para posteriormente se fazer o acompanhamento destas
425 execuções através do Relatório de Situação. Em seu anexo, estão os oitos
426 programas bem como os subprogramas, além de seus respectivos detalhamentos
427 quanto ao montante investido dentro de cada PDC. Rui Brasil, a título
428 exemplificativo, mencionou que onde se tem a estimativa de maior investimento



429 é no campo da Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas (MQA), além do
430 Aproveitamento dos Recursos Hídricos (ARH). Ao final, a deliberação foi aprovada
431 por unanimidade.

432

433 **5.5. Deliberação CRH nº 245: Referenda os programas quadrienais de**
434 **investimento para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos**
435 **recursos hídricos para os anos 2020 a 2023.**

436

437 Rui Brasil informou que na última reunião do CRH, em 01/12/2020, este tema
438 estava em pauta, mas foi retirado haja vista que alguns CBHs estavam ainda
439 aprovando a revisão dos seus Planos de Ação e de Investimentos para o período
440 compreendido entre 2020-2023, para que pudessem vir a ser referendados pelo
441 CRH. Por ser apenas um planejamento, os comitês possuem a liberdade de
442 adequar a realidade de seus investimentos conforme a situação exigir em um
443 dado momento. Em 2020, Rui Brasil ponderou que houve uma previsão de
444 investimentos na casa dos R\$ 306 milhões de reais, diante de um excedente de
445 recursos, inclusive provenientes da cobrança, especialmente advindos do CBH-
446 AT referente a anos anteriores. Todos estes recursos foram devidamente
447 aplicados, quase que em sua integralidade, neste ano. A partir de 2021, estima-
448 se que esteja disponível para aplicação algo por volta dos R\$ 150 milhões de reais
449 anuais. Ao final, a deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

450

451 **ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO.**

452

453 O Dr. Ivan Carneiro reforçou a solicitação da Dra. Alexandra Faccioli (Ministério
454 Público) quando, na realização da reunião do CRH em 01 de dezembro de 2020,
455 solicitou que houvesse um maior número de reuniões do Conselho em 2021, por
456 meio virtual, uma vez que vem sendo bem avaliado por aqueles que o utilizam
457 neste período de pandemia. Dr. Ivan elogiou a forma democrática da condução
458 das reuniões no CRH. Rui Brasil referiu-se ao pedido de mais encontros proposto
459 pela Dra. Alexandra e comunicou que o assunto já está sendo analisado junto ao
460 Dr. Santoro para que esta solicitação seja atendida. Quanto às reuniões virtuais,
461 ressaltou a importância desta ferramenta na realização de encontros à distancia
462 e, em virtude de sua ampla aceitação, ela deverá ser usada mais frequentemente
463 em encontros futuros. Cláudio Bedran solicitou informações sobre o
464 encaminhamento, conforme expressou na reunião anterior, referente às questões
465 de abastecimento de água e do saneamento, e quanto à estação de tratamento
466 de esgoto-ETE no município de Jaboticabal. Rui Brasil comunicou que a CETESB
467 emitiu relatório e a Informação Técnica foi enviada para o Conselheiro Bedran. A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS



468 seguir, o conselheiro Cláudio Bedran solicitou, como fizera anteriormente,
469 emissão de Diploma como forma de agradecimento pelos serviços prestados, ao
470 final de cada gestão, para os Conselheiros do CRH. Rui Brasil se posicionou,
471 observando que a atual gestão dos Conselheiros está em andamento e que por
472 isso não seria possível atender a este pedido no presente momento. Adriana
473 Menezes (FAESP) corroborou com o pedido do Dr. Ivan e também solicitou para
474 que fossem feitas mais reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao
475 longo do próximo ano. A seguir, Jefferson Nascimento de Oliveira (UNESP)
476 comunicou que a UNESP em 2021 abrirá inscrições para o ProfÁGUA,
477 desenvolvido pela ANA, mestrado profissional de gestão e regulação de recursos
478 hídricos, ofertando 14 vagas para São Paulo na UNESP de Ilha Solteira. Mateus
479 Simonato (ABGE) também relatou o êxito das reuniões virtuais, solicitou,
480 igualmente, a realização de maior número de reuniões e que o modelo de
481 reuniões virtuais seja adotado permanentemente, estendendo-se às Câmaras
482 Técnicas. Desejou a todos um feliz natal e esperançoso 2021. Antônio Cezar Leal
483 (UNESP) concordou com o êxito das reuniões virtuais, inclusive, para amenizar
484 as grandes distâncias até a capital, e colocou à disposição a UNESP para auxiliar
485 no desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do CRH. Tendo sido cumprida a
486 pauta e não havendo mais itens a serem discutidos, Luiz Ricardo Santoro,
487 Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA,
488 agradeceu a todos, e ressaltou que é vital, no CRH, que todos os integrantes do
489 estado, dos municípios e da sociedade civil participem de forma ampla e
490 democrática na troca de informações. Considerou, também, que mais reuniões
491 deverão ser realizadas em 2021 e, posteriormente, concordou na importância do
492 uso de ferramentas tecnológicas para se fazerem reuniões não presenciais.
493 Finalizando sua participação, desejou um feliz natal e um feliz ano novo a todos.
494 Esta Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas desta reunião Ordinária.

495

496

497

498 **Marcos Rodrigues Penido**

499 Presidente do CRH

500

501

502

503 **Rui Brasil Assis**

504 Secretário Executivo do CRH